

UM EPISÓDIO DE CRIMINALIZAÇÃO DO GRAFITE EM SÃO GONÇALO-RJ COMO UM “MOMENTO CRÍTICO”

Lídia Nascimento Fateicha de Oliveira¹

Resumo: A cidade de São Gonçalo - RJ tem hoje uma gestão municipal de extrema-direita, representada pela figura do prefeito Nelson Ruas (2021- atual), e percorre hoje nesta cidade um projeto “de grafite” intitulado “Cidade Ilustrada”, uma iniciativa da prefeitura. Dentro desse cenário, o presente artigo procurou investigar quais debates e embates se desdobraram em torno de um episódio de criminalização do grafite envolvendo três artistas urbanas, que ocorreu em uma praça pública da cidade no ano de 2023. A pesquisa a qual o artigo trata foi realizada ao longo de 2023 utilizando como metodologia pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito grafiteiros de São Gonçalo, além de observação participante em reuniões e eventos na cidade. Como resultado, o trabalho aponta que o projeto Cidade Ilustrada tem imposto contradições à cena do grafite local na medida em que aparece atrelado a um episódio e ameaças de repressão ao grafite. O caso de criminalização mencionado pode ser tratado enquanto um “momento crítico” que se desdobrou em um campo de discussões coletivo acerca dos limites da legitimação do grafite enquanto arte.

Palavras-chave: Arte urbana, Políticas públicas, Criminalização, Grafite.

Introdução

A expressão artístico-cultural do grafite está presente hoje em diversas cidades ao redor do mundo e aparece fortemente atrelada ao movimento cultural do Hip Hop, que também tem como elementos o rap, o break e o conhecimento. Tendo esta prática em foco, o presente artigo visa tratar das relações construídas hoje entre a cena do grafite de São Gonçalo - RJ e as políticas públicas empreendidas pela atual gestão da prefeitura deste município, marcada por um governo de extrema-direita que se encarna na figura do prefeito Nelson Ruas (2021 - atual), também conhecido como “Capitão Nelson”, do partido PL.

A cidade de São Gonçalo, periferia localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, teve grande protagonismo no período de surgimento do grafite em âmbito estadual. Conforme pesquisas apontam (SILVA, 2019; GONZAGA, 2022), São Gonçalo possui um forte histórico de movimentações ligadas ao grafite e ao Hip Hop desde a década de 90, sendo até mesmo considerada o “berço do grafite” dentro do Rio de Janeiro.

Apesar desse protagonismo, seja pela sua condição periférica ou pelo seu histórico de

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS - UERJ). lidiaoliveira.uerj@gmail.com.

governos alinhados ao centro ou centro-direita na última década, São Gonçalo vem sendo marcada historicamente por precariedades sócio-estruturais que impactam negativamente o desenvolvimento de políticas públicas para a cultura na cidade², o que inclui as que são voltadas para a arte urbana. Em contraposição a esse histórico, foi a partir da atual gestão da prefeitura que o campo artístico-cultural local passou a vivenciar um momento raro de investimentos públicos e a arte do “grafite” gonçalense passou a ganhar uma suposta centralidade através do “Cidade Ilustrada”, projeto que consiste na pintura de painéis artísticos de grandes dimensões em espaços públicos e que contrata grafiteiros e outros artistas visuais da cidade.

Fortemente instigada pela mudança de centralidade que a prática do grafite recebeu em meio às políticas públicas de São Gonçalo sob a gestão de um governo de extrema-direita, procurei neste artigo discutir as contradições e mobilizações sociais que permearam a inserção dos grafiteiros no projeto Cidade Ilustrada. O objetivo do trabalho, deste modo, é compreender os impactos desta política pública para a cena do grafite de São Gonçalo, mantendo o foco da investigação nos embates e controvérsias em torno dos movimentos de “institucionalização” e “criminalização” do grafite que essa iniciativa fez surgir dentro desta cidade.

O trabalho é parte da pesquisa desenvolvida durante o meu mestrado em Ciências Sociais. Caracterizada como uma pesquisa qualitativa, para essa investigação realizei um levantamento e pesquisa bibliográfica acerca de temas relacionados à questão de pesquisa. Além disso, realizei trabalho de campo, onde, a partir da técnica de observação participante, acompanhei o expediente de trabalho dos grafiteiros no projeto Cidade Ilustrada, as intervenções autônomas realizadas por eles nas ruas da cidade, os eventos realizados na cidade que contavam com a presença dos grafiteiros e reuniões do Fórum Municipal de Hip Hop e Culturas Urbanas de São Gonçalo. Posteriormente, realizei também entrevistas semiestruturadas com oito grafiteiros locais: seis homens e duas mulheres. Do total de entrevistados, cinco estavam inseridos no projeto Cidade Ilustrada como profissionais contratados durante o período da pesquisa, entre estes, quatro homens e uma mulher. Por fim, foi realizada pesquisa documental acerca das políticas públicas e legislação voltadas ao grafite em São Gonçalo.

Para fins de exposição, dividimos a discussão em três partes, a primeira voltada a apresentar o histórico político de São Gonçalo e a chegada do prefeito Nelson Ruas a partir

² Como por exemplo, insuficiente fomento aos artistas locais ou a insuficiente quantidade de equipamentos culturais para atender tamanho volume populacional e extensão territorial.

das eleições municipais de 2020; a segunda parte voltada a apresentar o projeto Cidade Ilustrada e o episódio de criminalização do grafite que ocorreu na praça Chico Mendes - São Gonçalo, em 2023; e a última parte voltada a discutir os desdobramentos em torno deste episódio de criminalização do grafite na cidade.

1. Notas sobre o histórico político de São Gonçalo e a chegada de um governo de extrema-direita.

A fim de fornecer ao leitor o contexto das discussões geradas pela presente pesquisa, cabe aqui fazermos uma breve exposição da realidade política de São Gonçalo nos últimos anos. A partir dessa apresentação, ficará mais nítido qual cenário político e social Nelson Ruas encontra ao chegar na prefeitura em 2021.

Iniciando essa apresentação, podemos afirmar, tomando como quadro de análise os prefeitos que estiveram à frente da prefeitura de 1989 até 2020, que Edson Ezequiel Matos (1989-1992; 1997-2000), pelo partido PDT, e Aparecida Panisset (2005 - 2008; 2009 - 2012), pelo PFL e depois PDT, representam as lideranças mais populares que passaram pelo poder público municipal de São Gonçalo. Ambos foram os únicos, dentro desse recorte, que conseguiram se reeleger e cumprir mais de um mandato na prefeitura³ (MARTINS, 2019).

Tanto no caso de Edson Ezequiel (1989-1992; 1997-2000), como no de Maria Aparecida Panisset (2005 - 2008; 2009 - 2012), a popularidade mencionada se consolidou durante o período do primeiro mandato e decaiu no período do segundo mandato. Em ambos os casos a queda veio por motivos relacionados a políticas públicas que fracassaram ou frustraram a população de alguma maneira (MARTINS, 2019).

As gestões que se seguiram a de Panisset e que precederam a de Nelson Ruas foram marcadas por prefeitos sem muita expressividade e que fizeram governos impopulares na cidade. Além disso, estando esses dois prefeitos, Neilton Mulim (partido PR no período) e José Luiz Nanci (partido Cidadania no período), alinhados a partidos de centro/centro-direita, esse cenário demonstra uma certa mudança de tendência no eleitorado gonçalense.

Neilton Mulim (2013-2016) foi um prefeito que vivenciou muita instabilidade durante seu governo. A sua gestão ficou marcada por promessas que não foram realizadas, gerando

³ Os dois estiveram filiados ao partido PDT, que, conforme Costa de Oliveira (2022) aponta, foi um partido que manteve presença no poder executivo local em diversas gestões devido à força política do movimento Brizolista no contexto das décadas de 80 e 90.

uma série de manifestações populares e greve de alguns profissionais do município. Um caso emblemático desse cenário foi o projeto do primeiro Teatro Municipal de São Gonçalo, que tendo a sua construção finalizada em 2016 não pôde ser aberto à população por pendências documentais.⁴

Com relação ao ex-prefeito José Luiz Nanci (2017 - 2020), não encontramos tantas notícias acerca de seu governo além de informações sobre sua trajetória profissional e política, que é marcada pela sua formação enquanto médico e pelas quatro reeleições consecutivas para vereador de São Gonçalo antes de ter se tornado prefeito. O que demarcou bem a pouca expressividade de seu mandato como prefeito foi a tentativa frustrada de reeleição em 2020, que foi decidida no segundo turno entre os candidatos Dimas Gadelha (49,21% dos votos) do PT e Nelson Ruas (50,79% dos votos) do partido Avante⁵.

Tratando da atual gestão da prefeitura, podemos afirmar que Nelson Ruas chegou à prefeitura de São Gonçalo em 2020 com fortes reverberações da ascensão da extrema direita no Brasil. Segundo Costa de Oliveira (2022), o Capitão Nelson contou com o apoio direto do ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2020.

Nelson Ruas de fato representa diversos ideais ligados ao bolsonarismo, sendo um policial aposentado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), por muito tempo vinculado ao Batalhão da PMERJ de São Gonçalo, ele remete a essa imagem autoritária, além disso, se identifica com as pautas religiosas, é um crítico às esquerdas e ao PT e defende os “costumes e a família” (COSTA DE OLIVEIRA, 2022). Além disso, no trabalho de Lessa (2023) uma menção é feita sobre o possível envolvimento de Nelson Ruas com um grupo de extermínio chamado de “carro da linguixa”⁶ no período em que era um policial ativo em São Gonçalo. Esse suposto envolvimento faz com que ainda circule entre a população local, inclusive entre os interlocutores da pesquisa, uma imagem sua que remete a episódios de violência.

Acerca do quadro das políticas públicas para a cultura em São Gonçalo, podemos dizer que quando o prefeito Nelson Ruas chegou a prefeitura encontrou um cenário muito característico. O quadro político apresentado aqui trouxe, ao longo dos anos, impactos sobre o

⁴ A abertura do teatro ao público aconteceu cinco anos depois, em 2021, sob a gestão do prefeito Nelson Ruas.

⁵ Atualmente o prefeito é do Partido Liberal (PL).

⁶ Conforme Lessa (2023, p. 40) aponta, o “carro da linguixa” aparece pela primeira vez em um jornal em 2007, tratando-se de crimes que eram realizados dentro de carros da polícia do Estado. O grupo atuava como um grupo de extermínio, executando “traficantes, maconheiros e assaltantes” e intimidando pessoas. O pesquisador menciona que o Capitão Nelson era um dos protagonistas do “carro da linguixa”.

campo das políticas culturais na cidade, consolidando um cenário de precariedade de infraestruturas e de políticas de incentivo cultural ao longo dos anos. O trabalho de Moulaz (2019) exemplifica esse ponto, já que a autora, ao fazer uma análise das políticas culturais da cidade no período de 2005 a 2019, demonstra que havia uma série de atrasos na execução de propostas públicas e instrumentos afirmados por Lei; equipamentos culturais fechados ou em condições ruins de funcionamento; além de falta de transparência quanto às contas públicas. Dessa maneira, Moulaz (2019) apresenta bem o cenário que o prefeito Nelson Ruas tem à sua frente quando chega à prefeitura.

A chegada de Nelson Ruas, em 2021, também não veio sem controvérsias. Durante o primeiro ano de seu governo, o prefeito foi investigado pelo Ministério Público por nepotismo após ter nomeado seu filho Douglas Ruas como Secretário Municipal de Gestão Integrada. No que se refere ao campo da cultura, no início de seu governo, a Secretaria Municipal de Cultura foi por hora extinta, sendo restabelecida depois de protestos.

Apesar disso, a chegada de Nelson Ruas também representou algumas mudanças significativas para a cidade. Em sua gestão, o Teatro Municipal George Savalla Gomes, que teve a sua construção finalizada em 2016, foi finalmente inaugurado (em setembro de 2021), somando pontos para a avaliação popular do seu governo. Além disso, sob sua gestão foi criado o projeto de incentivo à formação artística chamado “Cria SG”, além de terem sido realizados alguns eventos culturais com o apoio da prefeitura. Essas realizações mencionadas são só algumas que exemplificam alguma transformação do cenário cultural no município a partir de 2021, o que demonstra uma diferença bem nítida com o contexto de total escassez de movimentação cultural partindo da iniciativa pública que era sentida pelos produtores e artistas nos anos anteriores.

Dessa maneira, podemos dizer que o Capitão Nelson tem feito uma gestão estratégica, se aproveitando dos buracos deixados pelas antigas gestões a fim de promover ações governamentais alinhadas às demandas dos moradores, o que tem elevado a sua aprovação. Mas se a chegada de Nelson Ruas tem representado uma virada de chave para o quadro das políticas públicas gonçalense, o que isso significa para a prática do grafite na cidade?

2. O projeto Cidade Ilustrada e o caso de criminalização do grafite na praça Chico Mendes.

O projeto Cidade Ilustrada surgiu por iniciativa própria do Prefeito Nelson Ruas

(2021- atual), tratando-se de um projeto de pintura de painéis artísticos de grandes dimensões em espaços públicos da cidade, em especial, praças e viadutos, com intuito de transformar o seu visual urbano. Em sua maioria, os temas dos painéis fazem referência a história da cidade, até mesmo os que retratam animais e plantas procuram representar espécies nativas de São Gonçalo. O projeto é financiado com recursos de compensação ambiental e por vezes aparece em conjunto com um outro projeto da prefeitura chamado “Praça renovada”, que promove obras de revitalização em praças públicas.

O Cidade Ilustrada conta com a participação de artistas visuais, incluindo grafiteiros de São Gonçalo, que são contratados pela prefeitura para a realização dos painéis. No período em que realizei a pesquisa faziam parte do projeto doze pessoas, sendo sete homens e cinco mulheres. Dos doze profissionais, nove eram grafiteiros, sete homens e duas mulheres. Além dessas pessoas, tive contato ainda com mais um grafiteiro, que já havia feito parte do projeto, mas que foi demitido.

O projeto começou já no ano de 2021 a partir de reuniões realizadas pela equipe do prefeito com grafiteiros da cidade. A relação do Cidade Ilustrada com a prática do grafite foi reforçada por meio de notícias veiculadas nas páginas oficiais da prefeitura que faziam uso do termo “painéis de grafite” para definir as pinturas do projeto⁷.

Podemos notar, a partir da pesquisa desenvolvida, que apesar do projeto Cidade Ilustrada de fato “colorir” a cidade e se apresentar para os grafiteiros locais como uma oportunidade profissional rara⁸, essa participação não se dá sem algumas ambiguidades.

Apesar de serem diversos os aspectos desse projeto que poderíamos tratar aqui, gostaríamos de destacar neste artigo dois pontos específicos: 1) os impactos dessa política sobre a cena do grafite de São Gonçalo; e 2) as reverberações do projeto para os debates em torno dos fenômenos de “institucionalização” e “criminalização” do grafite na cidade.

Inicialmente, podemos destacar que os interlocutores reconhecem que o projeto trouxe contribuições positivas para o seu trabalho. A oportunidade de participar do projeto trouxe um peso de valorização para o portfólio desses artistas. Pensando em uma dimensão mais coletiva, os grafiteiros também relatam que pelo projeto ser muito bem visto e aceito pela população

⁷ Conforme é possível observar nessa matéria divulgada no site oficial da prefeitura no dia 24 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/cidade-ilustrada-produz-terceiro-painel-em-alcantara/>> Último acesso em 20 de janeiro de 2024.

⁸ No projeto Cidade Ilustrada os grafiteiros são contratados e recebem um salário fixo mensal, o que geralmente não ocorre quando exercem atividades de grafite comercial, onde a maioria dos trabalhos são em formato “freelancer” e geram um cenário de intermitência de renda mensal para esses artistas.

local, que o associam a expressão do grafite, ele gera uma valorização da ocupação profissional do grafiteiro.

Porém, se o projeto traz essa medida de valorização, ele o faz a partir de algumas limitações. Na percepção dos grafiteiros, o projeto não incorpora em seus murais a linguagem visual do grafite, que é permeada por elementos variados, como: as letras em diversos estilos; as personas; o *graffiti bombing*⁹; entre outros. Além disso, o Cidade Ilustrada não traz em suas pinturas a história do grafite de São Gonçalo como tema.

Esse quadro tem gerado uma preocupação por parte dos grafiteiros sobre a repercussão do projeto diante da população. Na percepção dos grafiteiros, a prefeitura, ao se apropriar do termo “grafite” para definir o Cidade Ilustrada, tem exposto a sua posição diante da população sobre quais espécies de inscrição feitas na rua deveriam ser consideradas “grafite” ou “arte”. Neste caso, a prefeitura elege como “arte” as pinturas com objetivo de ornamentação, marcadas por elementos figurativos e legíveis. Segundo os grafiteiros, essa seria uma visão deturpada do grafite, já que exclui o seu caráter político e social de contestação, além de eliminar uma estética que é própria das ruas, como as letras de grafite.

Outro aspecto dessa ambiguidade do projeto quanto a esse dito viés de “valorização do grafite”, segundo os interlocutores, é a crescente postura da prefeitura em criminalizar determinadas práticas e inscrições que permeiam o universo do grafite.

Embora não seja uma percepção compartilhada por todos os grafiteiros, alguns deles afirmam que foi a partir da gestão do prefeito Nelson Ruas que se intensificou uma postura criminalizadora contra o grafite em São Gonçalo. Essa conclusão tirada pelos artistas vem a partir de algumas atitudes de vigilância mais sutis sentidas pelos grafiteiros que participam do projeto, como por exemplo, a possibilidade de ser chamado atenção pela equipe do Cidade Ilustrada se realizar fora do seu expediente de trabalho uma arte em estilo de *graffiti bombing*. Essa conclusão vem também por conta de reações mais explícitas, como por exemplo, o episódio vivenciado por três artistas urbanas, que ao realizarem uma intervenção na praça Chico Mendes (Alcântara - São Gonçalo) - local conhecido por um histórico de ocupação de movimentos de cultura/arte urbana desde os anos 2000 - foram levadas para uma delegacia como “vândalas”.

Uma das artistas envolvidas na última situação mencionada relata que, na ocasião, ela e mais duas amigas foram indagadas por guardas municipais sobre terem a autorização

⁹ Grafite realizado de forma não autorizada e geralmente atrelado às letras de grafite.

necessária para realizar tal intervenção de grafite. As artistas confirmaram que já haviam realizado outras intervenções anteriormente naquela praça. Após deixarem o local por alguns minutos, os guardas voltaram dizendo que haviam recebido uma denúncia e que as artistas não poderiam realizar aquela intervenção sem uma autorização. Mesmo reforçando que o que estavam realizando ali era grafite, inclusive tentando utilizar a legislação municipal a seu favor, a ação das artistas foi lida enquanto vandalismo e foram encaminhadas para a delegacia, onde passaram mais de cinco horas prestando depoimento, além de terem suas tintas e pincéis apreendidos e depois prosseguirem respondendo judicialmente por crime contra o meio ambiente a partir da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

Um fator que é apontado pelos grafiteiros que entrevistei como motivo para essa postura dos agentes do poder público, é que a praça havia sido reinaugurada recentemente depois de ter passado por uma reforma do projeto “Praça Renovada” da prefeitura. Essa reforma, inclusive, foi responsável pelo apagamento de diversos grafites que estavam presentes ali anteriormente. Segundo os interlocutores, a intenção da prefeitura era levar o projeto Cidade Ilustrada para o local e foi por isso que as artistas sofreram essa represália ao realizarem o grafite na praça.

Nesse sentido é que o projeto Cidade Ilustrada aparece como uma grande contradição dentro desse cenário, já que impõe a seguinte indagação: como uma prefeitura que promove uma iniciativa com o objetivo de “valorizar o grafite” criminaliza o movimento de grafite existente na cidade desde a década de 90? Esse questionamento esteve atrelado de forma muito recorrente às considerações feitas sobre o projeto Cidade Ilustrada por parte dos grafiteiros participantes da pesquisa. Além disso, esse episódio de criminalização fez com que começasse a circular entre os grafiteiros e entre os movimentos coletivos de arte urbana da cidade um debate em torno do caráter “legal/ilegal” do grafite e do estatuto do projeto Cidade Ilustrada na cidade.

Entendendo esse episódio de criminalização como um “momento crítico” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999) que gerou diferentes reverberações nos atores e movimentos de arte urbana de São Gonçalo, pretendemos discutir os desdobramentos desse caso a partir da próxima seção.

3. A criminalização do grafite em São Gonçalo como um “momento crítico” ou “situação problemática”.

As repercussões do caso mencionado na seção anterior foram as mais diversas em meio a comunidade de grafiteiros de São Gonçalo. Em quase todas as entrevistas feitas por mim para a presente pesquisa o caso foi mencionado, bem como foi possível ouvir referências à situação durante um encontro presencial do Fórum Municipal de Hip Hop e Culturas Urbanas de São Gonçalo, em discussões mobilizadas no grupo do mesmo Fórum no Whatsapp, o qual eu fazia parte, e através das redes sociais de produtores e artistas atuantes na cena de arte urbana da cidade.

Tratando inicialmente dos grafiteiros, podemos dizer que houveram diferentes posicionamentos com relação ao ocorrido. Em meio aos relatos que tive contato durante as entrevistas e no trabalho de observação participante, pude notar que houve por parte de alguns grafiteiros um movimento de responsabilização das artistas criminalizadas. Esses grafiteiros comentaram que o “risco de ser pego” é inerente à ação do grafite, já que o grafite “é uma atividade ilegal”, sugerindo assim que o episódio em questão foi consequência das escolhas das artistas ao não medirem os riscos envolvidos na ocasião, como o horário de realização da intervenção ou o fato do espaço ter passado por uma reforma há pouco tempo.

Por outro lado, alguns grafiteiros fizeram o movimento contrário ao comentaram sobre o episódio com fins de reforçar que a posição do grafite na cidade estava “mudando” na atual gestão da prefeitura, demonstrando inclusive preocupação com as consequências que o projeto Cidade Ilustrada estava gerando. Por parte desses, foi possível notar um maior receio ligado à ideia de “ir pintar na rua” depois do episódio, já que a partir de agora deveriam “tomar mais cuidado”, tendo em vista a postura da prefeitura.

Podemos observar, assim, que apesar do episódio na Chico Mendes ter afetado diretamente apenas as três artistas mencionadas, houve por parte da comunidade de grafiteiros uma interpretação mais coletiva da situação. O relato do grafiteiro Gustavo¹⁰, por exemplo, demonstra como o caso da Chico Mendes ganhou essa projeção mais coletiva: “É como eu falei, eu posso pintar em um espaço público e ser detido, e afirmarem pra mim como foi afirmado pra amiga ‘Pra pintar em São Gonçalo agora tem que ser só através do projeto tal’” (Entrevista concedida por Gustavo, homem negro, 40 anos, grafiteiro e morador de São Gonçalo. Realizada em 31/07/2023, com duração de 2h47min).

Ainda outros grafiteiros, artistas e produtores envolvidos na cena do Hip Hop de São Gonçalo se solidarizaram com as companheiras grafiteiras, reforçando a necessidade da

¹⁰ Todos os nomes foram trocados a fim de manter o anonimato dos participantes da pesquisa.

comunidade se mobilizar em defesa das artistas. Durante uma reunião presencial do Fórum Municipal de Hip Hop e Culturas Urbanas de São Gonçalo, realizada na Faculdade de Formação de Professores (FFP - UERJ) em 2023, uma grafiteira da cidade, que estava sentada na plateia, pediu desculpas aos companheiros presentes que faziam parte do projeto Cidade Ilustrada e fez algumas críticas ao projeto. As críticas faziam menção ao fato do projeto “educar” a população de forma errada sobre “o que é o grafite” e ao fato dele estar atrelado ao episódio de criminalização vivenciado na praça Chico Mendes pelas três artistas da cidade. A grafiteira ainda afirmou a necessidade do movimento Hip Hop local fazer algo acerca do que foi vivenciado pelas artistas na praça Chico Mendes.

Essa ideia de “mobilização coletiva” contra a criminalização do grafite na cidade tomou mais corpo quando organizadores da Roda Cultural do Alcântara, evento que ocorre na praça Chico Mendes desde 2011 e que reúne todos os elementos do Hip Hop, se depararam com um impedimento para realizar a atividade de “grafite ao vivo” que estava prevista para ocorrer durante um evento no dia 14/10/2023. No dia 04 de outubro de 2023, um dos organizadores da Roda Cultural do Alcântara e membro do Fórum Municipal de Hip Hop e Culturas Urbanas de São Gonçalo veio a partir de um vídeo publicado em sua rede social pessoal afirmar que haveria um “mutirão de grafite” na praça Chico Mendes no dia 14/10/2023 “com ou sem ajuda do governo”. Na legenda da publicação, o produtor menciona que a Roda Cultural do Alcântara sempre ocupou a praça Chico Mendes sem nenhum apoio da prefeitura e que não iriam “aceitar calados” a proibição para grafitar na praça e nem a ameaça de prisão para os que grafitassem. Na mesma legenda, o produtor lembrou, de modo indignado, o caso que mencionamos aqui das três artistas que foram detidas por crime ambiental por grafitar na mesma praça.

Essa convocação de um “mutirão de grafite” com um viés de protesto também gerou repercussão na cena artística local. Nas redes sociais, principalmente a partir de comentários na publicação mencionada, muitos agentes do Hip Hop da cidade demonstraram seu apoio ao produtor, mencionando a importância desse posicionamento e movimentação diante do cenário imposto pela prefeitura. Por outro lado, também houve grafiteiro para discordar da ação. Um embate específico foi vivenciado entre o produtor da Roda e um grafiteiro que integrava a equipe do Cidade Ilustrada. Uma longa discussão se deu na plataforma virtual, onde ambos ponderavam sobre o atual cenário gerado pela chegada do Cidade Ilustrada.

Não tivemos acesso aos demais desdobramentos dessa tentativa de mobilização

coletiva na praça Chico Mendes. Pelo que foi divulgado nas redes sociais da Roda Cultural do Alcântara, o evento que estava previsto para o dia 14/10/2023 foi remarcado para o dia 21/10/2023 devido às condições climáticas, não havendo mais menção de realização de mutirão. Posteriormente tomamos conhecimento, a partir de grafiteiros, que a Roda Cultural do Alcântara conseguiu uma liberação junto ao poder público para voltar a realizar grafite na praça durante seus eventos.

Embora tenhamos tido acesso limitado a todos os desdobramentos do caso em questão, ainda mais pelo fato do Cidade Ilustrada e a gestão municipal de Nelson Ruas ainda estarem em curso, o que gostaríamos de destacar aqui é a maneira como um acontecimento situado e particular de embate tomou proporções mais amplas de discussão em meio aos movimentos de cultura urbana de São Gonçalo.

Tomamos como referência aqui os conceitos de “momentos críticos”, de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999), e “situações problemáticas”, de Cefaï (2002), para tratar do que vamos nomear aqui de “caso de criminalização do grafite na Chico Mendes”.

Na leitura de Antunes (2020), o conceito de “momentos críticos” diz respeito a situações “excepcionais” que ganham relevância em meio a vida social, sendo um momento que se irrompe como uma crise, gerando uma ruptura no curso natural das coisas. Como desdobramento, essas situações de “ruptura” poderiam fazer surgir uma “expressão de descontentamento” por parte de agentes sociais, gerando assim a base para construção de um “escândalo ou controvérsia”. Dessa maneira, esses “momentos críticos” poderiam ser entendidos de forma resumida como “períodos de ruptura com relação ao ordenamento cotidiano, nos quais a insatisfação [poderia] dar margem a disputas em torno de determinadas questões” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999 apud ANTUNES, 2020, p. 55).

Já o conceito de “situações problemáticas” diz respeito a situações que abrem um espaço de “julgamento, crise, litígio, disputa e controvérsia”. Cefaï propõe que a partir de um acontecimento considerado por um grupo como “problemático” haveria um esforço de engajamento coletivo a fim de resolvê-lo (CEFAÏ, 2002 apud ANTUNES, 2020, p. 56)

Lendo a situação que ocorreu com as três artistas urbanas na Praça Chico Mendes em São Gonçalo a partir dessa perspectiva teórica, podemos classificar esse acontecimento como um “momento crítico” ou “situação problemática”. Inicialmente, a fim de esclarecer essa relação, devemos apontar que reconhecemos que nem todas as práticas ou inscrições de grafite são lidas como “legais” no Brasil. A Lei federal nº 12.408/2011, que foi responsável por

alterar o artigo 65 da Lei nº 9.605/98 e retirar o grafite da lista de atividades que configurariam crime contra o meio ambiente, condicionou o grafite a ser realizado de forma autorizada (BRASIL, 2011). Dessa maneira, essa legislação colocou as inscrições feitas sem autorização à margem, passíveis de serem consideradas “crime”, independente do seu grau de elaboração técnica ou da motivação do artista.

Tendo em vista que a intervenção realizada pelas três grafiteiras na praça Chico Mendes era uma ação de grafite não autorizado, poderíamos pensar, a princípio, que o ocorrido não teria representado um “momento crítico” ou um “momento de ruptura” para a cena de grafite local, tendo em vista que por Lei o grafite não autorizado é ilegal e passível de ser tratado como crime. Porém, o que nos chama a atenção é justamente a praça Chico Mendes ser um espaço historicamente ocupado por grafiteiros, praticantes de parkour, rodas culturais, entre outros movimentos, desde os anos 2000. Apesar de o grafite não autorizado ser considerado teoricamente como um “crime”, realizar esse tipo de intervenção na praça Chico Mendes era algo usual para os grafiteiros. Esses agentes não viam perigo de serem abordados por agentes do poder público neste local, sendo a praça até mesmo mencionada por alguns como “quintal dos grafiteiros”.

Portanto, esse evento ter ocorrido ali trouxe uma “ruptura” do “ordenamento cotidiano” para os grafiteiros. De modo que esse episódio gerou o que podemos chamar de “momento crítico”, trazendo reverberações e abrindo uma arena de debates e discussões em meio aos agentes locais (ANTUNES, 2020).

É importante ressaltar que em torno dessas situações críticas emerge um “público” composto por “pessoas afetadas pelas consequências indiretas de uma atividade social” e que ficam interessadas, por sua vez, nos desdobramentos de tal evento (QUERÉ, 2003 apud ANTUNES, 2020, p. 58). No caso do ocorrido na praça Chico Mendes, esse público tomou corpo através dos grafiteiros, artistas e pessoas envolvidas nos movimentos de arte urbana da cidade, que, apesar de não estarem envolvidos diretamente na situação, fizeram parte das discussões sobre o ocorrido e se mobilizaram em torno dele.

Da mesma maneira, conforme Cefaï (2017 apud ANTUNES, 2020, p. 58) propõe, quando a situação ou problema em questão se torna insustentável para um determinado público, há um esforço de mobilização para “problematizá-la e publicizá-la”. Essas tentativas de ação, no entanto, não se dão sem disputas, de modo que os indivíduos, organizações e instituições envolvidos nesse debate podem entrar em “controvérsias” e tomar diferentes

posicionamentos com relação ao assunto. No caso da pesquisa que estamos tratando aqui, percebemos que houve, depois de um segundo impedimento para grafitar na praça, uma tentativa em torno da mobilização de um “protesto” em formato de “mutirão de grafite”. Essa tentativa acabou não acontecendo, tendo a situação se desdobrado em um acordo entre a roda cultural e a prefeitura. Tanto essa iniciativa, quanto o próprio ocorrido na praça foram assuntos de embate por parte dos agentes envolvidos nessa arena de discussões, com alguns optando por responsabilizar as próprias grafiteiras, enquanto outros tomaram o lado das artistas e ficaram contra o poder público.

Esse “momento crítico” trouxe como pano de fundo um debate mais amplo e antigo quando tratamos do grafite, que diz respeito aos limites da legitimação do grafite enquanto arte. Se o grafite considerado “arte” ou considerado “legal” é aquele realizado com autorização, isso significa dizer que uma série de práticas e expressões que também permeiam esse universo cultural e artístico são ainda passíveis de serem consideradas vandalismo.

Pensando sobre o tema, Castro e Gamba Junior (2018) evidenciam em seu trabalho que apesar da posição social que o grafite passou a ocupar, saindo da situação de uma expressão marginalizada para ser considerada uma “produção artística”, ele na verdade ainda se encontra em um limite tênue entre a “arte” e o “vandalismo”. Neste trabalho, os autores realizam um esforço em torno de compreender em que situações o grafite é enquadrado enquanto arte ou vandalismo, demonstrando que diversos fatores influenciam nessa classificação feita tanto no âmbito legislativo, quanto pelo senso comum. Sendo assim, os autores posicionam a ideia de “legitimação do grafite” como um mito.

O caso em discussão aqui trouxe à tona para a classe artística local esse campo de debate que perpassa a pesquisa de Castro e Gamba Junior (2018). O episódio de criminalização na praça Chico Mendes abriu, entre os movimentos de cultura/arte urbana de São Gonçalo, um espaço de discussão em torno do caráter “legal” ou “ilegal” que o grafite ocupa hoje na sociedade e no município de São Gonçalo.

Na percepção de uma das grafiteiras que esteve envolvida no episódio de criminalização mencionado, o projeto Cidade Ilustrada não impulsionou a repressão do grafite na cidade, mas tornou evidente uma intenção de repressão que sempre esteve presente como pano de fundo neste município. Esse episódio serviu, segundo ela, para trazer esse debate em torno da legalidade do grafite à tona:

(...) sempre teve esse interesse de ter artes específicas, só que hoje, por conta do projeto, ela tá mais visível (...) Mas assim, pra mim abriu o diálogo pra conversar por exemplo e inclusive, sobre o grafite legal, né? Por que em certos espaços ele é bonito e legal e em outros não? Então isso ainda é sobre grafite. Então isso é sobre o grafite ainda não ser aceito..se ele é espontâneo, se eu pego a minha lata e vou pra rua e faço a arte que eu gosto, que eu me identifique, mas não é num espaço autorizado e não é dentro de um projeto. Então ...ainda precisa ser dialogado, né? A gente tem a Lei ali que diz que o grafite é uma arte, só que ele ainda não é legalizado (Entrevista concedida por Carolina, mulher branca, 34 anos, grafiteira de São Gonçalo. Realizada em 16/08/2023, com duração de 1h04min)

Dessa maneira, as palavras de Carolina resumem bem o que tentamos argumentar nesta seção: o episódio de criminalização na praça Chico Mendes, caracterizando-se como um “momento crítico” ou “situação problemática”, representou um momento de mudança para os movimentos de cultura urbana de São Gonçalo e fez circular um debate pertinente sobre os limites da posição do grafite enquanto uma prática “legalizada”.

Considerações finais

O que pretendemos através deste trabalho foi evidenciar questões que têm atravessado a passagem de Nelson Ruas e seu governo de extrema-direita pelo poder executivo de São Gonçalo - RJ. Sua chegada como prefeito, a partir de 2021, trouxe mudanças para um município que tem um forte histórico de abandono público, especialmente se tratando do campo artístico-cultural. Nelson Ruas, fazendo uma gestão estratégica, tem proposto iniciativas voltadas à produção cultural local. No caso da arte do grafite, essa intenção do prefeito se materializou a partir da criação do projeto Cidade Ilustrada.

Essas mudanças sentidas por parte da população, por outro lado, não vem sem ambiguidades. No período de sua gestão, em 2023, ocorreu um episódio de criminalização do grafite na Praça Chico Mendes, local onde os grafiteiros nunca tiveram problemas para realizar grafite não autorizado. Estando esse episódio de repressão atrelado a uma possível passagem do “Cidade Ilustrada” pelo local, o episódio de criminalização se desdobrou no que determinados teóricos da sociologia chamam de “momento crítico” ou “situação problemática”, abrindo um espaço de discussões e embates entre os agentes ligados aos movimentos de arte urbana em São Gonçalo em torno da suposta posição de “legalidade” que o grafite ocupa hoje no município.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Henrique Fernandes. **Sobre momentos críticos, problemas públicos e arena pública: contribuições do pragmatismo francês**. Revista Aurora. Marília. vol. 13, n. 2, jul-dez, 2020, p. 53-76.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, D.O.U. de 13/02/1998, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Último acesso em: 22 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.408, de 25 de Maio de 2011. **Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, D.O.U. de 26/05/2011, p. 1.

CASTRO, Andrea; GAMBA JUNIOR, Nilton. **Graffiti e ressignificação: a linha tênue entre o vandalismo e a arte de rua**. Projética, Londrina, v. 9, n. 2 supl., p. 299-318, 2018.

COSTA DE OLIVEIRA, Rafael. **Bloco no poder, participação política e política educacional em São Gonçalo/RJ no contexto de bolsonarismo**. Revista Debates, Porto Alegre - RS, 2022, v. 16, n.12, p. 101-119.

GONZAGA, Klauder. **O Hip Hop em São Gonçalo/RJ: Territórios, experiências e memórias (1990-2017)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 126, 2022.

LESSA, Hemelim. **Um Estado que gerencia a morte: as particularidades das milícias em São Gonçalo (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 82, 2023.

MARTINS, Pedro. **Memória, cultura política e carisma: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panisset na política de São Gonçalo**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/87483548/lavoura-ezequiel-e-panisset-cultura-politica-em-sao-goncalo>. Último acesso em: 09 de janeiro de 2024

MOULAZ, Jeniffer Marchon. **Política e gestão cultural em São Gonçalo no período compreendido entre 2005 e 2019**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 100. 2019.

SILVA, Renata. **Cartografia cultural do graffiti a partir de São Gonçalo: Memórias de 1990 aos anos 2010**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) - Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 168. 2019.